



<https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01D38483>

PALCO IMPRESSO:

A “Questão de Grossos” e o conflito narrativo entre os personagens locais (1901-1905)

Mateus Sávio Rodrigues de Oliveira¹

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar a “Questão de Grossos”, uma disputa territorial entre o Rio Grande do Norte e o Ceará ocorrida entre 1894 e 1920, com foco no período de 1901 a 1905. A pesquisa investiga como as elites locais de Grossos utilizaram esse conflito na imprensa, explorando publicações em Jornal do Brasil, O Paiz, Correio da Manhã, A Notícia e Gazeta de Notícias. Considerando a imprensa como um espaço estratégico para os debates das elites, o estudo examina como esses grupos buscavam influenciar a opinião pública, promover a visibilidade territorial de Grossos e fortalecer suas próprias posições. Assim, Grossos é interpretado não apenas como um território em disputa, mas também como um espaço de disputas.

PALAVRAS-CHAVE: Questão de Grossos, conflito interestadual, imprensa, elites locais.

PRINTED STAGE: the “questão de grossos” and the narrative conflict among local actors (1901–1905)

ABSTRACT:

This article aims to analyze the "Questão de Grossos" a territorial dispute between Rio Grande do Norte and Ceará that occurred between 1894 and 1920, focusing on the period from 1901 to 1905. The research investigates how the local elites of Grossos leveraged this conflict in the press, exploring publications such as Jornal do Brasil, O Paiz, Correio da Manhã, A Notícia, and Gazeta de Notícias. Considering the press as a strategic space for elite debates, the study examines how these groups sought to influence public opinion, enhance the territorial visibility of "Grossos," and strengthen their own positions. Thus, Grossos is interpreted not only as a territory in dispute but also as a space of disputes.

KEYWORDS: Questão de Grossos, interstate conflict, press, local elites.

¹ Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ensino Superior do Seridó (PPGHC) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3371651921535957>>. mtssavio@gmail.com.

Introdução

“[...] ainda que os mapas estejam há muito tempo no centro dos discursos sobre a geografia, raramente eles são lidos como textos “profundos” ou como formas de saber socialmente construídas” (HARLEY, p. 02). Bryan Harley (2016), em seu texto *Mapas, saber e poder*, argumenta que os mapas não são representações neutras, mas sim construções sociais que refletem os interesses de quem o constrói ou financia. Portanto, os mapas, para além de uma representação objetiva sobre determinado lugar, ele é uma forma de linguagem e/ou discurso, e deve ser lido e analisado como tal.

A partir dessa perspectiva, ao olharmos, hoje, despretensiosamente o mapa do Brasil, vemos um traçado de linhas² que representam as fronteiras externas – com outros países – e as fronteiras internas – entre os Estados. Ora, podemos dizer que isso é normal, afinal, elas servem para tecer as divisões administrativas. No entanto, esses traçados, que nos acostumamos a ponto de normalizá-los, possuem longas histórias, marcadas por conflitos cartográficos, argumentativos, políticos e econômicos.

A relativa paz³ das disputas territoriais entre os Estados hoje é filha de resoluções do passado. Então, nesse momento é quase automático nos perguntarmos “onde”, “como” e “por que” surgiram alguns conflitos territoriais no Brasil. E a síntese passa pela noção de que a terra, por ser valiosa, é objeto de disputa.

O desejo de se buscar a origem dos problemas está atrelado à característica curiosa e ao fascínio de se conhecer os eventos em sua completude, mas na ciência histórica isso é impossível, o que faz com que o fascínio pela origem logo se torne

² Que quase sempre são traçados simbólicos, que não possuem necessariamente barreiras físicas, mas que partiram, quase sempre, de um referencial geográfico como rios, morros e montanhas.

³ Essa paz também é questionável, pois não raro ressurgem hoje conflitos entendidos como mal resolvidos, como o que existe entre o Ceará e o Piauí.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

um desejo efêmero, ocupado pelo desejo de se conhecer as conjunturas dos acontecimentos dentro de um determinado contexto histórico.

Assim, ainda que cheguemos a pontuar e relatar os antecedentes das questões de limites entre os Estados do Brasil em fins do século XIX e início do XX, argumentando que uma parte significativa tem origem na época colonial, e que se originam a partir de interesses em expansão de terra pelas Capitanias, é importante ressaltar aqui que o nosso foco é trabalhar com a “Questão de Grossos”, no contexto da Primeira República.

De acordo com Saul Fernandes (2016), em *O (In)imaginável elefante mal-ajambrado: A retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920)*, esse conflito existe desde o período colonial, mais especificamente em fins do século XVIII. Nesse período, em meio aos estancos de sal⁴ e a proibição da produção de carne seca⁵, que afetou a Capitania do Rio Grande, a Capitania do Ceará viu a necessidade e a possibilidade de pedir extensão territorial para aumentar suas posses para criação de gado e exploração do sal às margens do Rio Apodi (Mossoró).

A partir daí, ao longo do século XIX, houve inúmeros editais cearenses que eram confeccionados para estabelecer as linhas entre as Províncias. No entanto, eram sempre contestados pelo Rio Grande. Dessa forma, o problema dos limites entre as províncias eram sempre revividos de tempos em tempo, sem qualquer acordo.

Nesse sentido, podemos dizer que na Colônia e Império a disputa girava em torno do gado e do sal; e, na República, ela ganhou novos elementos: impostos e importação.

⁴ O sal, em meados do século XVIII, foi alvo de “estancos”, pela Coroa Portuguesa, que buscava a monopolização do produto, deixando o acesso licenciado a alguns poucos lugares, entre eles a Capitania do Rio Grande.

⁵ Em fins do século XVIII, mais precisamente em 1787, a Capitania de Pernambuco proibiu as oficinas de carne seca no Rio Grande e permitiu a continuidade no Ceará.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Após alguns acontecimentos – instalação de escola e naufrágio de navio, cujo imposto foi cobrado pelo Rio Grande do Norte –, o Ceará reviveu o desejo de definir os limites, pois entendia que seu território estava sendo invadido. Começando assim, em 1894, a batalha jurídica e política, com consensos e desentendimentos, que resultou na vitória do Rio Grande do Norte, em 1920⁶, após os Acórdãos de 1908, 1915 e 1920.

A partir dessa breve contextualização, vemos que a proclamação da República, ainda que estabelecesse um novo regime, trouxe consigo muitas marcas e permanências do período colonial e imperial, entre eles os conflitos territoriais internos, que, afinal, eram resultados de fronteiras mal delimitadas – que está intrinsecamente relacionado ao processo, do ponto de vista colonizador/litorâneo, de desconhecimento ao “conhecimento” dos sertões. O desconhecimento preciso do lugar fazia com que a fronteira fosse maleável, mas à medida que se conhecia e necessitava de expansão territorial – desejo mediado pela cobiça política e econômica – se aumentava o acirramento e as batalhas de palavras a respeito do lugar disputado.

Esse acirramento, que desemboca na batalha de palavras, fazia com que cada Estado produzisse sua própria representação⁷ sobre o lugar disputado, na tentativa de forjar uma identidade e atrelar a história do lugar à história do Estado – fato que ocasionava a formulação de representações antagônicas, e desconsiderava a própria identidade local em detrimento de uma oficial.

⁶ Que pôde inserir, de forma legal, a região contestada em seu mapa – como uma peça de quebra-cabeça que faltava para formar o elefante. Essa analogia se trata de uma técnica mnemônica, que auxilia o processo de memorização. Diz-se que “[...] o Rio Grande do Norte é o que se assemelha a um elefante mal feito” (FERNANDES, 2016, p. 18).

⁷ Para Chartier (2002), a realidade é mediada pelas representações. Portanto, elas não significam a realidade em si, mas são lentes que mediam a nossa interpretação sobre o mundo. Assim, nesse caso específico da “Questão de Grossos”, cada Estado, interessado na argumentação histórica de que o lugar disputado pertencia a ele, criava representações sobre o lugar, na tentativa de criar uma identidade e produzir símbolos. Ou seja, era uma tentativa de construir sentidos e significados – o que faz com que a disputa territorial também ganhe episódios de disputas simbólicas.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Apesar de todo enfoque na “Questão de Grossos”, é válido ressaltar que ela é apenas uma entre uma série de conflitos dessa espécie que existiam no período da Primeira República. Vejamos:

Tabela 1: Andamento das questões de limites após a Proclamação da República (adaptada)

| | Estado | Divergente |
|----|---------------------|----------------|
| 01 | Mato Grosso | Pará |
| 02 | Paraná | Santa Catarina |
| 03 | Minas Gerais | Espírito Santo |
| 04 | Mato Grosso | Amazonas |
| 05 | Rio Grande do Norte | Ceará |
| 06 | Amazonas | Pará |
| 07 | Amazonas | União |
| 08 | Bahia | Goiás |
| 09 | Bahia | Piauí |
| 10 | Rio de Janeiro | Espírito Santo |
| 11 | Minas Gerais | Goiás |
| 12 | Paraná | São Paulo |

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

| | | |
|----|------------------|---------------------|
| 13 | Paraíba | Ceará |
| 14 | Pernambuco | Paraíba |
| 15 | Pernambuco | Ceará |
| 16 | Paraíba | Rio Grande do Norte |
| 17 | Minas Gerais | Bahia |
| 18 | Minas Gerais | São Paulo |
| 19 | Goiás | Pará |
| 20 | Goiás | Mato Grosso |
| 21 | Piauí | Maranhão |
| 22 | Minas Gerais | Rio de Janeiro |
| 23 | Piauí | Ceará |
| 24 | São Paulo | Rio de Janeiro |
| 25 | Distrito Federal | Rio de Janeiro |
| 26 | Pernambuco | Alagoas |
| 27 | Santa Catarina | Rio Grande do Sul |
| 28 | Bahia | Pernambuco |
| 29 | Bahia | Sergipe |
| 30 | Bahia | Espírito Santo |

Fonte: FERNANDES, Saul. Brasil em Pedaços: a história das questões de limites interestaduais (1889-1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2022, p.114-115.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Vemos na tabela 1 que a “Questão de Grossos” era uma disputa normal para a época. Ela não estava isolada e nem era anormal. Era filha de seu tempo. A Primeira República, do ponto de vista territorial, funcionou como a era das definições – não à toa, após a primeira década do século XX, existiam pressões do poder Federal para que as pendências fossem resolvidas; e no caso específico de Grossos, que foi uma das últimas a se resolver, ao se aproximar da década de 1920, a indicação era que a solução fosse resolvida antes de 1922, ano do centenário da independência. Essas pendências eram um grande problema para a imagem de um Brasil uno que a República desejava transmitir.

Críticas historiográficas e a novidade deste trabalho

O assunto dos limites interestaduais entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, por mais comentado que seja ao longo dos anos, não está esgotado. Muito pelo contrário, fazendo uma consulta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Scientific Electronic Library Online (Scielo), podemos argumentar que por mais que tenhamos a impressão de que a “Questão de Grossos” passou e perpassou incontáveis vezes pelo crivo da historiografia, essa é uma impressão errônea em nível de pós-graduação. Afirmação que abre espaço para outra afirmação: ela foi, sim, bem documentada, bem relatada, mas por sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN) e do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGA-CE), memorialistas, relatos orais ou até mesmo peças teatrais; mas poucas vezes na academia. Segundo Saul Fernandes (2016) e a pesquisa demonstrada acima, os únicos trabalhos localizados e a terem a “Questão de Grossos” como objetivo principal são: 1) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado *A questão de Grossos: a formação do território do Rio Grande do Norte e a Historiografia local*, de Rosa Costa (2004); 2) a dissertação intitulada *O (In)imaginável*

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

elefante mal-ajambrado: A retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920), de Saul Fernandes (2016); e eu acrescento mais uma monografia intitulada 3) *Batalha de palavras: a 'Questão de Grossos' na imprensa cearense durante o governo Nogueira Accioly (1896-1912)*, de Mateus Oliveira (2023).

Falando respectivamente sobre cada trabalho citado, podemos dizer que o TCC de Rosa Costa (2004) tem como objetivo analisar como a “Questão de Grossos” foi importante para contribuir para a formação dos limites do Estado do Rio Grande do Norte e a sua relação com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN) – produtor de identidade local –, Instituto fundado em 1902, motivado pelo litígio.

Saul Fernandes (2016), seguindo uma linha aproximada com Costa (2004), na perspectiva de identidades, tem como objetivo entender a formação do território do Rio Grande do Norte a partir da questão de limites com o Ceará. Esse trabalho deve ser considerado essencial para quem deseja pesquisar o tema, uma vez que se torna importante, além de outras questões, por: 1) rejeitar o tratamento da Questão de Limites com simplicidade e abreviada, como, por exemplo, trabalhá-la como uma simples questão do sal (que pode e deve ser vista com uma das causas); 2) reforçar que o espaço não é dado ou natural, ele é construído, ou seja, é fruto de uma formação histórica; 3) interessante para pensarmos o que o autor chama de geografia afetiva, como uma forma de falar que os espaços buscam estabelecer, durante o processo de construção de identidade, uma relação de sentimentos com os indivíduos, que se sentem pertencentes daquele lugar e se veem diferente do outro que está do outro lado da fronteira.

Mateus Oliveira (2023), que a partir das leituras dos dois acima, abriu margem para que a história dos limites interestaduais entre o Ceará e o Rio Grande do Norte pudesse ser analisada para além de uma batalha interestadual – que, de fato, não pode ser deixada de lado –, mas também intraestadual, no sentido que o

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

autor aponta que a “Questão de Grossos”, no Estado do Ceará, durante o governo e oligarquia de Nogueira Accioly, foi usada como artefato argumentativo de combate mútuo entre os opositores políticos.

Todos esses trabalhos relatam muito bem o litígio, mas como todas as historiografias, não conseguem abranger todos os pontos – e nem tem obrigação, já que possuem determinadas propostas. No entanto, em uma primeira leitura ou em uma leitura superficial podem nos deixar com a sensação de que não há espaço para futuras escritas, o que é um grande engano.

Retomando aos trabalhos citados, podemos dizer que todas essas discussões abriram margem para que este trabalho partisse da premissa de que a “Questão de Grossos” possui vários níveis, a partir do momento em que podemos dizer que ela foi 1) um conflito interestadual, ou seja, um embate entre os dois Estados; 2) um conflito intraestadual, no sentido que, para além da batalha entre os Estados, haviam conflitos internos e usos da Questão, à exemplo do Ceará, no trabalho de Mateus Oliveira (2023); 3) um conflito de interesse nacional, a partir do ponto de vista que o conflito interestadual não interessava e se chocava com o discurso do Brasil unificado; 4) um conflito a nível local, no sentido que não podemos acreditar em uma passividade ou silenciamento local, afinal, uma discussão sobre o território envolve diretamente os moradores locais, que nunca são mencionados pelas historiografias.

A partir da compreensão e esquematização dos níveis da “Questão de Grossos”, partimos da premissa de que todos eles possuem ramificações e lacunas carentes de escritas, e em especial a história a nível local – cujos nomes dos personagens nunca foram mencionados nos trabalhos. O que desemboca na impressão de que se trata de um conflito sem rostos e interesses locais, ou seja, colocando Grossos apenas um lugar disputado, e não, também, um espaço de disputas.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Desconsiderar a perspectiva local é, de certa forma, desconsiderar a microanálise. E aqui, a premissa é de que, seguindo a lógica de Jacques Revel (1998), os atores sociais atribuem significado aos acontecimentos, é preciso também que olhemos para essas pequenas conjunturas, pois elas vão nos apresentar a complexidade e a singularidade dos fenômenos históricos. Desse modo, na “Questão de Grossos”, precisamos do macro para conseguir observar a disputa a partir de um mirante, mas vejo o micro como essencial para que possamos ouvir as vozes locais e seus jogos de interesses.

Os usos da imprensa pelas elites locais

O caminhar da pesquisa nos revela muitas surpresas e caminhos que nem sempre imaginamos percorrer. Toda pesquisa, por mais planejada que seja, tem sempre toques de improvisos – e me arrisco em dizer que eles são a cereja do bolo, afinal, por mais que desejemos uma caminhada calma, são as surpresas que, por mais que nos deem um baque, dão emoção ao trajeto.

O início da trajetória desta pesquisa desejava ver como a “Questão de Grossos” era retratada na imprensa do Rio de Janeiro, capital do Brasil na época do conflito. No entanto, as fontes foram apresentando novas possibilidades, que foram levando a pesquisa a tomar novos rumos. Grupos de homens da região de Grossos enviam telegramas para a imprensa a respeito do conflito, demonstrando antagonismos argumentativos. E isso nos levou a perceber que os rostos locais eram desconhecidos pelas historiografias.

A imprensa na Primeira República era financiada, de modo geral, por grupos políticos, os quais ela buscava formular representações e exportar suas ideias para fora do círculo, a fim de conquistar novos adeptos e/ou apoiadores. Não à toa, entre os impressos há, geralmente, intrigas e batalhas de palavras, pois há o entendimento de que a palavra tem poder e “uma notícia abala mais o governo do

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

que 30 artigos e 30 artigos não dão ao jornal a tiragem que uma notícia proporciona” (JORNAL DO BRASIL, 1901, p.1 Apud BARBOSA, 2007, p.23).

Estar dentro desses grupos e fazer as ideias circularem é uma forma de poder. Afinal, é através das palavras e do processo de formulação das representações que podemos buscar, segundo Chartier (2002), a institucionalização – no sentido de normalização – das práticas, ideias e ações. Nesse contexto, a imprensa é aparece como um instrumento fundamental para essa prática.

Os impressos, apesar de compartilharem características semelhantes, advindas de suas épocas, são ímpares e, portanto, necessitam de análises particulares. Assim, a partir daqui, destinarei espaço para tecer comentários sobre a escolha dos seguintes jornais: *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, *Correio da Manhã*, *A Notícia* e *Gazeta de Notícias*.

A escolha por esses jornais se deu mediante ao afunilamento e proposta da pesquisa. Inicialmente, a opção pelos impressos do Rio de Janeiro se deve ao fato de que, por ser a capital do Brasil na época, era esperado que tivesse havido o debate nessas folhas, e de fato houve; essa primeira hipótese casa também com a preservação e digitalização das fontes, tornando-as mais acessíveis.

Em primeiro momento, busquei na Hemeroteca Digital por ocorrências sobre a “Questão de Grossos” entre 1894-1920, que fora citado em dezessete jornais diferentes, no entanto, parte das fontes foi sugerindo outros caminhos, com recortes menos explorados: os nomes de alguns personagens locais. A partir daí, a pesquisa foi afunilando no sentido a explorar apenas as ocorrências que tivessem os nomes dos personagens locais da região de Grossos. Fato que recortou os jornais e deixou apenas os cinco citados anteriormente.

Mais um fato foi crucial: o recorte temporal. As ocorrências agora se concentravam entre 1901-1905. Ora, é instigante, como pode um evento ocorrido entre 1894 a 1920, só ter a participação ativa desses personagens entre 1901 a 1905?

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

E o consenso que essa pesquisa busca estabelecer é: esse período é de efervescência. Não é que haja período tranquilo ou pacífico, mas há, sem dúvidas, momentos mais acirrados do que os padrões. E esse recorte se dá pelos seguintes motivos: 1) a aprovação do projeto de lei cearense de 1901, que elevava Grossos a vila do Ceará, que traz o Rio Grande do Norte a ser mais ativo no debate; com o acirramento e insatisfação cearense com os acordos não cumpridos, o evento 2) toma como ápice a ocupação de Grossos por praças do Ceará; e, ao longo dos anos, acaba havendo um esfriamento por volta de meados de 1905, onde este trabalho levanta a hipótese de que os ânimos das elites locais encontravam-se menos acirrados, e o litígio já se encaminhava para algumas resoluções que vieram a se confirmar a partir dos acórdãos de 1908, 1915 e 1920.

Cabe nos questionarmos agora sobre quem eram essas pessoas. Escrever na imprensa no início do século XX, período marcado pelo analfabetismo e exclusão social, não nos parece um feito banal, portanto, eram pessoas com considerável capital econômico e social.

Não obstante, destaco o nome de Francisco Solon e Manoel Liberalino, que este trabalho considera peças-chave. Ainda que as ocorrências apareçam sempre portando nomes, geralmente, de mais de um indivíduo, esses dois sempre estão sendo citados e em oposição um ao outro. Liberalino era, ao que apontam as fontes, intendente de Areia Branca, bem como líder do Partido Republicano da mesma vila; e Solon era, ao que apontam as fontes, dono de salinas na região.

Todas essas informações, desde a condição em publicar em jornais a suas posições sociais, permitem compreender esses personagens como elites locais. A respeito das argumentações, de um lado, Liberalino defensor da causa do Rio Grande do Norte, e, de outro, Solon defensor da causa do Ceará, eles quase sempre entravam em choque narrativo – e, ocasionalmente, quase físico. Solon e seu grupo eram quase sempre acusados de serem os “instigadores do caos”, enquanto

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Liberalino e seus aliados, por sua vez, eram acusados de perseguir Solon em suas visitas a Areia Branca.

Portanto, as fontes sugerem que há uma luta de representações entre as elites locais, cujas posições ainda estão em análise, mas já indicam um jogo de interesses e benefícios próprios. O ato de escrever para o jornal, acusando-se mutuamente e defendendo a causa de um determinado Estado, revela a conquista de opiniões do público político e jurídico – responsáveis por tomar decisões futuras –, a projeção territorial de Grossos e a projeção política de si mesmos. Nesse sentido, a imprensa se configura como um tribunal e/ou como um palco, onde não só se buscava conquistar, mas também encenar e formular representações – antagônicas. Assim, Grossos, a partir dessa perspectiva, deixa de ser somente o lugar disputado para ser também o espaço de disputas.

Considerações finais

Toda pesquisa em história, principalmente as que estão em desenvolvimento, devem carregam consigo a capacidade de adaptação, flexibilidade e sensibilidade para captar as lacunas e possibilidades disponibilizadas a partir das leituras sobre as referências teóricas e fontes.

O passado, tal qual aconteceu, nos chega através de fragmentos, que nem sempre podem ser totalmente comprehensíveis, mas que nos ajudam a compreender o que aconteceu. E isso faz com que a historiografia sobre determinados acontecimentos sejam feitas a partir de junções e combinações – ou antagonismos –, que ou afunilam ou seguem outras propostas ou que problematizam, mas estão sempre agregando para a compreensão do passado.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Sob a orientação da professora Dra. Paula Rejane Fernandes⁸ e a partir das leituras da historiografia sobre a “Questão de Grossos”, a presente pesquisa visou trazer os vários níveis do conflito, mas também mudar o foco: olhar para o litígio a partir de dentro da zona litigiosa. Ainda que tenha sido um problema entre Estados e debatido juridicamente no Supremo Tribunal Federal (STF) e politicamente nas bancadas do Congresso, esse trabalho busca visualizar Grossos como um espaço ocupado e não apenas a ser ocupado. Por mais pacato que fosse o lugar disputado, existiam grupos sociais que promoviam sociabilidades, portanto, existiam interesses e divergências no local, o que o tornava um espaço de disputas.

Desse modo, o caminhar da pesquisa fez com que o pensar como Grossos foi abordado na imprensa fosse afunilado para pensar como as elites da região de Grossos se mobilizavam e usavam a Questão de Limites, através da imprensa, usando-a como palco para promover a luta de representações, para buscar influenciar a opinião pública, para promover a visibilidade territorial de Grossos e fortalecer suas próprias posições.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa:** Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CHARTIER, Roger. **História cultural:** entre práticas e representações. Portugal, DIFEL, 2002.
- COSTA, Rosa. **A questão de Grossos:** a formação do território do Rio Grande do Norte e a Historiografia local. Natal: UFRN, 2004.

⁸ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2005) e mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2009). Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014). É docente do Programa de Pós-Graduação em História do CERES - Mestrado em História dos Sertões (MHIST-CERES-UFRN). É integrante do grupo de pesquisa História dos Sertões (UFRN/CNPq). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6472282774896644>>. paulafdes@ufrn.edu.br.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

FERNANDES, Saul. **Brasil em pedaços:** a história das questões de limites interestaduais (1889-1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2022.

_____. **O (In)imaginável elefante mal-ajambrado:** A retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920). Natal: IFRN, 2016.

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder.** Confins, n.5, p.1-24, 24 abr. 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

OLIVEIRA, Mateus. **Batalha de palavras:** a 'Questão de Grossos' na imprensa cearense durante o governo Nogueira Accioly (1896-1912). Mossoró: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2023.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade